

“Os baldas tomam as ruas”: Jovens, política e cidadania no Reino Unido

Stephen Cushion

Universidade de Cardiff, Reino Unido

Resumo

A preocupação sobre o desligamento dos jovens face à política é bem conhecida no Reino Unido. Vários estudos têm demonstrado repetidamente que eles se sentem cada vez menos interessados pela política parlamentar convencional. A prova está no decréscimo constante de jovens que votam. A resposta mais comum entre jornalistas, políticos e comentadores dos media tem sido a de apelidá-los de preguiçosos ou apáticos. Os mais jovens, neste contexto, são percebidos como tendo abandonado as suas responsabilidades como cidadãos, dando mais importância a votações em reality shows do que numa eleição geral.

Ainda assim, de um outro ângulo, pode argumentar-se que os jovens, em vários aspectos, se têm pronunciado de forma bastante enfática sobre assuntos políticos e ansiedades relacionadas com o mundo. Desde manifestarem-se na rua contra as reuniões do G8 e contra a guerra no Iraque, até aos motins em Birmingham, na Inglaterra, e em Paris, na França, os jovens têm expressado verdadeiras preocupações como cidadãos. Este artigo pretende saber se os media noticiosos estão a responder a este tipo de acção, e se os jovens são encorajados a participar como cidadãos na esfera pública. Com base numa análise de conteúdos sistemática da cobertura dos jornais do Reino Unido feita sobre os jovens manifestantes anti-guerra do Iraque, defende-se que os media noticiosos desencorajaram os jovens a participar na esfera pública política. Os pontos de vista políticos dos jovens, bem como as suas acções no que toca à guerra do Iraque, foram em larga maioria ignorados, e as suas motivações foram postas em causa.

Palavras-chave

Jovens; Cidadania; Política; Media Noticiosos; Protestos; Opinião Pública.

Introdução

Na abordagem dos jovens no contexto político e da sua vida pública no Reino Unido, levantam-se debates sobre a cidadania, relacionados com a identidade, o comportamento, o controlo e a educação (Roche *et al.*, 2004; Crick, 1998). Quando se debatem com o conceito e significado de cidadania, tanto teórica como empiricamente, muitos investigadores têm tentado situar os direitos e responsabilidades dos jovens e o papel que estes devem ter como cidadãos em sociedade (Bynner *et al.*, 1997; Helve & Wallace, 2001; Bennett *et al.*, 2003). Tem-se prestado especial atenção à tentativa de fazer com que a cidadania seja um conceito mais “inclusivo” e “activo”. Smith *et al.* (2005) defendem que:

As abordagens pré-estabelecidas à cidadania “activa” subestimam a total diversidade e fluidez da participação na prática quotidiana... a mudança poderia ser melhor focada se se concentrasse menos em procurar encontrar novas formas de envolvimento e mais em procurar facilitar um novo reconhecimento de todo o leque já existente de formas de participação e acção por parte dos jovens (p. 175).

Este ponto de vista, que recebe eco noutros estudos, sugere que as fronteiras da cidadania são policiadas por instituições superiormente colocadas do ponto de vista hierárquico, ao invés de serem marcadas pela base, pelos jovens.

A cidadania é, claro, “um conceito essencialmente normativo: isto é, descreve o que deveria ser e não o que é” na sociedade (Wallace, 2001: 23). Mas, ao tentar normalizar a cidadania, os estudos têm vindo a demonstrar como os jovens são marginalizados dos debates, especialmente em actos legislativos (Franklin 1995; Bynner *et al.*, 1997; Helve & Wallace, 2001; Brown, 2005). No que toca às políticas de controlo do crime no Reino Unido, por exemplo, o estudo de Brown (2005) sublinha “como a formatação e reformatação da “juventude” no discurso popular, policial e académico opera no sentido de silenciar e subjugar os jovens como “Outros”, para os demonizar, diferenciar e des-representar, para os explorar e para deslocar ansiedades” (p. 2). Isto pode ser parcialmente explicado pela forma como

normalmente se entende e teoriza a cidadania. Franklin (1995) nota que a cidadania é algo que supostamente “vamos adquirindo”, e não um conjunto de direitos universalmente inalienáveis. Storrie (2004) aponta que os jovens são considerados como cidadãos aprendizes, treinados para serem “bons” cidadãos *adultos* no futuro e não tratados como cidadãos meritórios no presente. Porém, como indica a pesquisa sobre sociologia das idades (e. g., Pilcher, 1995), não existe qualquer definição fixa do que é “ser um adulto”. A fronteira entre “juventude” e “maturidade” apresenta-se difusa e aberta a contestação.

Este artigo explora a definição *mediada* de juventude e dos cidadãos, apoiando-se em pesquisa sobre os *media* noticiosos no que toca ao envolvimento de jovens nos protestos anti-guerra do Iraque, no princípio de 2003. Antes de apresentar os detalhes do estudo juntamente com os resultados, faz-se uma breve introdução à forma como a cidadania é habitualmente definida e compreendida no contexto da discussão do desinteresse dos jovens pelos assuntos públicos e por política.

Da cidadania ao desinteresse político

Os debates sobre o desinteresse dos jovens pela política têm estado intimamente ligados com o conceito de cidadania. Mas porque é que a cidadania é invocada quando se debate este assunto? O nível de participação de cidadãos numa eleição é visto como um dos indicadores chave de uma cidadania activa. Como os políticos costumam dizer, votar é exercer o nosso “direito democrático”. Um breve relance pelos recentes hábitos de votação dos jovens nas eleições torna evidente o porquê de tanta preocupação com eles comparativamente com os cidadãos mais velhos. O Quadro 1 indica o nível de comparência nas urnas em todas as eleições gerais do Reino Unido, agrupado por faixas etárias, desde 1964 (adaptado de Phelps, 2005).

Participação em eleições gerais no Reino Unido por faixa etária, 1964-2005

Quadro 1 (Phelps 2005)

Ano	<25	25-34	35-44	45-54	55-64	>64
1964	88.6%	81%	91.7%	90.5%	89.9%	88.2%
1966	67.1%	78.5%	88.4%	88%	86%	83.8%
1970	73.6%	75.4%	82.5%	84.9%	84%	87.5%
1974	78.2%	86%	87.7%	91.4%	91.6%	88.3%
1979	70.1%	81.2%	85.5%	91%	91.3%	87.1%
1983	73.1%	77.5%	87.4%	88.8%	88.6%	83.8%
1987	76.2%	84.7%	85.6%	91.6%	90.2%	86.9%
1992	75.4%	86.6%	87.7%	91.6%	87.4%	89.4%
1997	59.7%	68.6%	77.5%	84.3%	88.2%	85.4%
2001	49.4%	55.1%	68.2%	77.4%	78.3%	85.8%
2005	44.3%	55.2%	71.3%	75.9%	84.1%	86.1%

O que mais se destaca (a negrito) é o acentuado declínio dos hábitos de votação dos cidadãos abaixo de 34 anos desde 1997. Entre a eleição geral de 1992 e a de 2005, há quedas de 31,1% (para menores de 25 anos) e 33,4% (para a faixa entre os 25 e os 34 anos). No geral, os níveis de participação estão entre os 44,3% (para menores de 25 anos) e os 55,2% (entre 25 e 34 anos). O número baixa radicalmente se se considerar a faixa entre os 18 e os 24 anos (39% em 2001 e 37% em 2005).

Enquanto os politólogos já aceitaram há muito que os jovens são os que menos comparecem para votar nas eleições, a teoria do “efeito do grupo de pares” sugere que assim que os jovens começam a pagar impostos, a casarem-se, a contrair uma hipoteca, a ter filhos, a ver notícias – a tornarem-se adultos, por outras palavras – começam também a interessar-se nas decisões que os políticos tomam (Phelps, 2005). Há a este respeito uma viragem notável na literatura existente sobre os jovens e a política: teme-se que os jovens *nunca* mais regressem às urnas. Antes de aceitar esta teoria, são necessários estudos longitudinais. E enquanto o Quadro 1 demonstra uma pequena redução de votantes desde 1992, o declínio não é tão dramático noutras idades. Em suma, a idade é uma influência demográfica essencial na probabilidade de se votar numa eleição, e são cada vez mais os mais jovens que escolhem não o fazer.

Os politólogos – usando principalmente dados quantitativos provenientes de sondagens – têm justificado este desinteresse de várias maneiras. Estas vão desde o declínio da lealdade partidária, falta de

popularidade e confiabilidade dos líderes políticos, até às escolhas restritivas e pouco inspiradoras de cada partido. A quantidade de membros jovens nos partidos tem certamente vindo a decrescer nos últimos anos (mais do que com qualquer outra faixa etária); como se demonstra empiricamente, os jovens estão a afastar-se da política formal e a juntar-se a outros movimentos políticos (uma questão que abordarei em breve). A confiança nos políticos, para alguns, é a principal explicação para este afastamento da política *mainstream*, tendo em conta que as sondagens demonstram que os jovens são os que menos acreditam nas promessas dos políticos (Worcester, 2003; Curtis, 2004). Os partidos políticos mais populares têm também sido criticados por serem ideologicamente demasiado semelhantes, e por não reflectirem as ansiedades e preocupações dos mais novos (Kimberlee, 2002; Henn *et al*, 2002). Ao invés, os partidos políticos parecem dirigir as suas estratégias para os cidadãos mais velhos, na crença de que são os que mais provavelmente votarão e que são, portanto, os mais eleitoralmente rentáveis.

A um nível superficial, estes especialistas parecem estar correctos: tendo em conta a forma como o envolvimento em cidadania é normalmente definido, as sondagens demonstram que os jovens não são tão convencionalmente participativos como as gerações anteriores. Um estudo seminal do politólogo Robert Putman (2000), *Bowling Alone*, fornece um bom exemplo desta abordagem metodológica à cidadania. A tese de Putman baseou-se na crença de que a vida social norte-americana estava em declínio – antes os americanos jogavam juntos, agora “jogam sozinhos”⁵⁸. Numa parte do trabalho dedicada à falta de conhecimento por parte dos jovens sobre política e assuntos públicos, foi particularmente condenatório. Putman defendeu (2000: 36) que:

A falha geracional no conhecimento político de hoje não reflecte uma tendência permanente para que os jovens estejam menos informados do que os mais velhos; é sim uma alteração recente. Desde as primeiras sondagens de opinião feitas nos anos 40 até aos meados dos anos 70, os jovens estavam pelo menos tão bem informados quanto os mais velhos, mas isto já não se verifica. Esta falha informativa e noticiosa, que afecta mais do que a política e chega a temas como desastre de aviões, terrorismo e notícias financeiras, começou com os baby boomers dos anos 70, e alargou-se consideravelmente com o advento da Geração X. A leitura de jornais diários entre jovens abaixo dos 35 anos baixou de dois terços, em 1965, para um terço, em 1990, ao mesmo tempo que as audiências dos noticiários televisivos nesta faixa etária caíram de 52% para 41%. Hoje, os menores de 30 anos prestam menos atenção às notícias e sabem menos sobre a actualidade do que as pessoas mais velhas ou do que as pessoas da sua idade há duas ou três décadas atrás.

Nesta leitura, os jovens são retratados como falhando os seus deveres democráticos. Mas ela também reflecte uma visão unidimensional da cidadania democrática. Apesar de, a um primeiro olhar, a descrição de Putnam estar em linha com tendências semelhantes no Reino Unido, refere-se apenas a um tipo específico de modelo de envolvimento democrático que não leva em consideração formas não convencionais de exercer a cidadania e práticas políticas (exemplos a que chegarei adiante). Por outras palavras, votar numa eleição é considerado como o mais *significante* direito e acto responsável de cidadania.

Para muitos (incluindo Putnam), uma outra forma basilar de envolvimento em cidadania é o tempo em que os cidadãos ouvem, vêem ou lêem os *media* noticiosos. Se aceitarmos esta interpretação, os jovens parecem bem mais do que desligados da vida pública. A pesquisa sobre as audiências televisivas, por exemplo, encontrou provas de um declínio de 6% em todos os telespectadores nos últimos cinco anos, mas aumentava para 15% na faixa entre os 16 e os 34 anos (Cohen, 2004). De facto, o noticiário principal da BBC – o *Ten O’Clock News* – tem apenas 12% da sua audiência composta por menores de 34 anos. O estudo também demonstrou que as pessoas faziam *zapping* para evitar propositadamente as notícias: no Canal 4, quando a popular série *Hollyoaks*, dirigida para os jovens acaba às 19 horas e começam as notícias, a audiência jovem decresce acentuadamente. Em contraste, quando o bloco noticioso, nacional e regional, da BBC termina, às 19 horas, o *share* de audiências aumenta consideravelmente. A aquisição de jornais fornece dados talvez ainda mais preocupantes. A leitura de jornais nacionais caiu em cerca de um quinto, de 1990 a 2002, entre todos os grupos etários; porém, para leitores abaixo dos 24 anos, o declínio foi de um terço (Cohen, 2004).

Mas a extensão do interesse “político” dos jovens, dos seus “deveres cívicos” ou do consumo de notícias não diz necessariamente tudo o que há a dizer sobre a história entre a democracia e os jovens. Se estas categorias captam, sem dúvida, alguns aspectos da participação civil, não conseguem abarcar outras qualidades e possibilidades democráticas e podem levar à noção de que os jovens não se interessam pelo mundo que os rodeia.

O que a abordagem à cidadania de Putnam – e de muitos outros – faz, é delimitar e construir o significado e compreensão de “participação cívica”. As premissas metodológicas desse tipo de estudos têm que ser mais reflectidas, têm que se abrir a outras áreas, para que se possa desenhar de forma mais equilibrada o panorama da participação dos cidadãos. Estes estudos têm de reconhecer que a própria noção de “política” precisa de ser redefinida, para que possa abarcar a percepção e compreensão dos jovens sobre o que é “ser” e “agir” “politicamente”.

Nos últimos tempos, têm sido feitas tentativas para lidar teoricamente com a concepção de “política” dos jovens (O’Toole, 2003). O’Toole (2003: 74) escreve: “não é ainda claro como é que os próprios jovens concebem a política, ou como é que o seu ponto de vista sobre a política enforma as suas posições e experiências em termos de participação”. Ao invés de conceptualizar a política como algo fixo, os investigadores têm começado a vê-la como um conceito dinâmico, que deve ser definido pelo pesquisado e não pelo pesquisador. Desta forma, assuntos que estão fora do radar institucional poderiam, metodologicamente falando, também ser considerados como “políticos”. Neste aspecto, organizações, *lobbies* de pressão e alianças informais podem agir como veículos para a prática “política”.

Novos media, cidadania e juventude

Após a introdução dos debates que relacionam os jovens com a cidadania e a política, destaquemos agora o ponto principal de pesquisa deste estudo: *como é mediada a política dos jovens*. Porque a maioria da pesquisa mais recente tem-se focado nos jovens, na política e no afastamento entre estes, pouca atenção tem sido dedicada ao papel dos *media* noticiosos neste debate (são honrosas excepções Buckingham, 2000, e Russell, 2004).

Em contraste, os debates sobre o papel dos *media* noticiosos na contextualização e envolvimento civil na área da política e da vida pública já são de longa data. A conceptualização da “esfera pública” de Habermas (1989) é comumente o ponto de partida para os debates sobre os padrões a que o jornalismo deveria, em teoria, aspirar. O exame histórico feito por Habermas da democracia e comunicação tem-se tornado, em vários manuais sobre *media* e estudos culturais, um *espaço público idealizado* onde todos os cidadãos podem participar e estar informados, e onde se consegue deliberar e chegar a consenso sobre os assuntos. E enquanto no século XIX esta deliberação pública decorria nos salões e cafés, hoje são os *media* que são vistos como a “esfera pública”. O nível de abertura e igualdade a que esta “esfera pública” se presta é foco de vários debates (Calhoun, 1993), mas uma coisa que esta teoria torna claro é que os *media* noticiosos desempenham um papel essencial no que diz respeito às nossas necessidades democráticas.

Hoje em dia, questiona-se que notícias são seleccionadas e consideradas dignas de publicidade, se os *media* informam, interagem e encorajam os cidadãos a participar na esfera pública ou não. Ao estudo de Galtung e Ruge (1965) – que traçou um amplo conjunto de valores-notícia que os jornalistas para o bem ou para o mal (ver Harcup e O’Neil, 2001, para uma necessária revisão deste estudo) e muitas vezes de forma inconsciente usam para seleccionar as notícias –, seguiram-se confrontos sobre a sociologia das redacções (Tuchman, 1978; Berkowitz, 1997). Não há aqui conspiração, mas apenas um processo estrutural baseado num conjunto de rotinas e práticas jornalísticas que ajudam a moldar aquilo que lemos, ouvimos e vemos, todos os dias, nos *media* noticiosos.

Os meios de informação de massas estão muitas vezes imbricados nas razões que levam as pessoas a decidirem não votar nas eleições. Sem dúvida que os jornais parecem ser menos do que compreensivos no que toca à visão de política dos jovens. Ouvimos jornalistas dizerem que os jovens estão mais interessados em assistir e em votar em *reality shows* do que em participar nas eleições gerais. O *Big Brother* e outros *reality shows* parecem agir como um barómetro para o interesse em política; uma referência intertextual que os *media* noticiosos usam para apresentar a relação dos mais jovens com a política.

Mas a imagem popular do jovem como um consumidor apolítico (que se alcança reduzindo o seu leque de interesses a *reality shows*, por exemplo) parece estar desfasada de como os jovens vivem realmente as suas vidas (Osgerby, 1997, 2004). Este artigo pretende examinar se esta imagem popular recebe alguma sustentação quando os *jovens estão a participar activamente em actividades políticas*. Parece-nos simplista descartar os jovens como vítimas da cultura, subsumidos aos prazeres comerciais dos jogos *reality shows*. Isto não quer dizer, por seu lado, que devemos aceitar o argumento populista de que os prazeres que advêm dos *media* conseguem por si revigorar a cidadania (Fiske, 1989, 1991) ou o de que a tecnologia interactiva é a resposta para a ressurreição da vida democrática. Motivar os jovens a votar nas

eleições não pode ser conseguido pela via simplista de as fazer parecerem-se com o *Big Brother*. Como escreve Sam Brenton (2003: 41): “A participação democrática ainda tem alguma força, como mostraram os protestos anti-guerra deste ano. Ainda sabemos a diferença entre o que é falso e o que é real, entre um voto e um concurso de popularidade”.

A cobertura noticiosa dos jovens manifestantes anti-guerra

Como aponta Brenton (2003), um exemplo de destaque do envolvimento em assuntos políticos no Reino Unido deu-se aquando da entrada na guerra do Iraque, em 2003. Centenas de milhares de jovens participaram em manifestações, marchas e debates sobre os méritos da guerra. Este artigo fornece um resumo da cobertura dos jornais do Reino Unido no que diz respeito ao envolvimento dos jovens no protesto contra a guerra do Iraque (vide também Cushion, 2006, 2007, 2008). Enquanto alguns dos jovens envolvidos nos protestos anteriores contra o WTO e o G8, eram na verdade actores políticos profundamente motivados, os protestos contra a guerra parecem ser compostos por jovens de várias proveniências. O livro de Murray e German (2005: 2) *Stop the War: The story of Britain's biggest mass movement*, faz notar que as marchas contra a guerra do Iraque foram também “a maior greve feita por estudantes, com dezenas de milhares a saírem das escolas e a juntarem-se nos centros das cidades por todo o país, no dia em que a guerra começou”.

A análise da cobertura noticiosa dos jovens manifestantes contra a guerra do Iraque foi feita através de uma análise de conteúdo sistemática de todos os diários do Reino Unido e jornais de Domingo entre 1 de Janeiro e 30 de Abril de 2003. A amostra gerou 208 artigos, utilizando a base de dados *Lexis Nexis*. Foram examinados o formato de cada artigo, as fontes utilizadas, o que cada fonte afirma, bem como o tema geral dos artigos. Um dos achados chave do estudo foi que os jornais a favor da guerra eram mais negativos a retratar os jovens manifestantes, comparados com os jornais anti-guerra que, no geral, foram mais positivos. Como resultado, as diferenças entre jornais pró e anti-guerra vão também ser focadas aqui.

Noticiando as vozes políticas dos jovens

A quantidade de citações identificadas feitas pelos jornais das opiniões dos jovens durante as manifestações de 2003 dá-nos uma clara indicação sobre a natureza da cobertura que estes receberam. Neste aspecto, é claro que as suas opiniões são marginalizadas no contexto geral da cobertura. O Quadro 2 indica que menos de uma em cada cinco histórias fazia aparecer a voz de um jovem manifestante nos jornais pró-guerra, enquanto nos jornais anti-guerra aparecia numa em cada três peças.

Jovens que figuram em artigos de jornais anti e pró-guerra

Quadro 2

Jornais pró-guerra	17%
Jornais anti-guerra	34%

Apesar de se poder presumir que o valor-notícia da história seria a razão *pela qual* os jovens se opõem à guerra, as suas contribuições são bastante pequenas, no cômputo geral. Mas o que sobressai é a diferença entre como os jornais anti e pró guerra falam dos jovens manifestantes, e isto é reflectido no decorrer da cobertura.

Dito isto, note-se que também há similaridades entre como os jovens manifestantes foram retratados em *todos* os jornais do Reino Unido. O Quadro 3 indica como se dividiu a cobertura em termos de notícias e peças de comentário ou opinião.

Notícias e peças de comentário em jornais anti e pró-guerra

Quadro 3

	Notícias	Comentários
Jornais pró-guerra	58%	42%
Jornais anti-guerra	42%	58%

A natureza da cobertura esteve sobretudo dependente do facto de uma peça de opinião estar num jornal anti ou pró-guerra. Mais de quatro em cada dez peças em jornais pró-guerra eram comentários, enquanto perto de seis em cada dez eram peças de opinião, nos jornais anti-guerra. Tony Parsons, que escreve para o jornal pró-guerra *Mirror*, por exemplo, apoiou as formas de protesto alternativas dos jovens:

Vêm-se manifestações a favor da paz nos sítios mais inesperados. Uma jovem jogadora de basquetebol, Tony Smith, ficou famosa porque, antes de cada evento na sua faculdade, se virava de costas para a bandeira durante o hino nacional. Um aluno do secundário em Michigan [nos E.U.A.] foi mandado para casa por usar uma t-shirt com uma imagem de George Bush e os dizeres “Terrorista Internacional”... Depois do trauma nacional do 11 de Setembro, opor-se a qualquer acção governamental comporta o risco de parecer um traidor – não importa o quanto lunática essa acção possa ser (Mirror, 3 de Março de 2003).

Se é verdade que o direito à liberdade de expressão foi defendido por alguns colunistas, é também verdade que muitos mais o tentaram atacar. O colunista de direita, Richard Littlejohn – em vários artigos no *Sun* – foi particularmente céptico no tocante à motivação dos jovens manifestantes. Ao invés de valorizar o seu activismo, considerou que estavam a ser manipulados, quase sujeitos a uma lavagem cerebral por parte das instituições liberais britânicas. Aconselhou os leitores para não

... interpretar demasiado os protestos dos alunos. Mas ajuda a ilustrar o tipo de lixo que lhes enfiam pela cabeça dentro hoje em dia. Duvido que muitos deles consigam apontar onde fica Bagdad num mapa. Já não aprendem geografia como deve de ser. Ao invés disso, falam-lhes do “imperialismo” norte-americano e das perversas “multinacionais” 1 e dos barões do petróleo que poluem a camada do ozono e contaminam o Terceiro Mundo (The Sun, Março, 2003).

Tentar encontrar uma voz por entre os *gatekeepers* da moral

Apesar de verem as suas motivações muitas vezes postas em questão pelos comentadores políticos, os jovens manifestantes, em vários aspectos, tiveram um efeito positivo no movimento anti-guerra. O seu nível de oposição à guerra terá levado o então Primeiro-Ministro Tony Blair a ir à *MTV*, um canal de televisão de música dirigido aos mais jovens. O debate, intitulado “Tony Blair: A Guerra é a Solução?”, foi emitido a 7 de Março de 2003. Chegou a 300 milhões de lares por todo o mundo através dos canais da *MTV* na Europa, Médio Oriente, Austrália, Ásia, América Latina e nos EUA e contou com a participação de mais de 40 jovens dos 16 aos 24 anos, vindos da Grã-Bretanha, França, Itália, Espanha, Holanda, Polónia, Suécia, Iraque, Palestina e Estados Unidos. Mas se o debate televisivo permitiu aos jovens questionar directamente Tony Blair sobre questões muitas vezes ignoradas pelos *media* noticiosos convencionais – o assunto da dependência americana e do Reino Unido do petróleo foi bastante debatido – acabou por ser apenas um acontecimento único, ao invés de um esforço continuado de interacção com os *media* virados para os jovens.

Uma análise de conteúdo sistemática da cobertura noticiosa ao longo do período de amostragem mostra, por exemplo, até que ponto os jovens foram impedidos de dar voz à sua opinião (Quadro 2), em especial no que se relaciona com as deliberações mais sérias em termos de política externa. Na maior parte dos casos, isto quis dizer que os jovens manifestantes – apesar de demonstrarem preocupação cívica de forma activa – foram representados como cidadãos relativamente passivos, enquanto as elites sociais e morais falavam *para e pela* juventude sobre os assuntos políticos sérios. Isto é confirmado pelo Quadro 4, que mostra o tipo de fontes citadas, em média, em cada artigo.

Fontes citadas em artigos

Quadro 4

Políticos	28%
Jovens manifestantes	25%
Cartazes de manifestantes	11%
Professores/Directores	14%
Celebridades (incl. familiares de políticos)	13%
Jovens (não identificados como manifestantes)	4%
Polícia	6%

As opiniões dos jovens são citadas em um em cada quatro artigos (ainda menos nos jornais mais populares e a favor da guerra). Tendo em conta que a essência da história é sobre as

opiniões anti-guerra dos jovens, continua a parecer estranho que os jovens não apareçam mais substancialmente representados no período analisado. Pelo contrário, são os políticos que mais aparecem – 20% dos artigos contêm uma citação de um político. Se agruparmos como fontes os políticos, os professores e a polícia, chegamos a cerca de metade das fontes – um resultado que sugere que as notícias sobre o envolvimento dos jovens nos protestos foram feitas de forma muito *top down* e a reboque do sistema institucional. Assim sendo, e para dar um exemplo bastante típico, quando o *Daily Telegraph* fez a cobertura dos protestos anti-guerra de 14 de Março, foram os pais, professores e directores dos alunos, e não os jovens cidadãos por si mesmos, que comentaram sobre o *porquê* de eles terem faltado à escola para irem à manifestação. Esta procura das elites aquando da cobertura noticiosa é, claro, representativa da cobertura noticiosa como um todo. O mundo dos *media* já há muito mostrou ser um campo de figuras da alta finança e da política (Tuchman, 1978; Cushion *et al*, 2006).

Fiarmo-nos nas elites políticas e morais como fontes – em oposição aos que são claramente os protagonistas da história, os jovens manifestantes – resulta num retrato bastante limitado dos protestos e das questões levantadas. Basear as peças nestas fontes é, por outras palavras, um potencial obstáculo à tarefa de fornecer uma interpretação equilibrada sobre qual é o motivo da manifestação. Este tipo de dependências é o que Becker (1967) chama de “hierarquia de credibilidade”: os jornalistas vão procurar os pontos de vista que consideram previamente como os mais detentores de autoridade.

O que também tem que ser levado em consideração – e que estudos anteriores descuraram (e. g., Goddard, 2004) – é o que se diz que os jovens – e outras fontes, como os políticos, a polícia e os professores – pensam, nas notícias. Por outras palavras, qual é a natureza das suas opiniões, e até que ponto é que isso enforma a cobertura e encoraja a intervenção dos jovens cidadãos? O Quadro 5 indica o tópico discutido por todas as opiniões cuja fonte é identificada.

Assuntos alvo de opiniões no geral dos artigos

Quadro 5

Assunto	Percentagem (%)
Comentários negativos sobre políticos	9%
Generalidades “anti-guerra”	8%
Faltar às aulas	7%
Planeamento de protestos	7%
Protestos como democracia	7%
Envolvimento dos jovens	6%

O Quadro 5 indica que não houve um tema que tenha dominado o debate promovido pelas fontes de informação. Porém, mostra também até que ponto as opiniões sobre formas alternativas de conduzir a política externa – como apelar a uma segunda resolução da ONU, um pedido comum das elites políticas anti-guerra (ver Tumbler & Palmer, 2004) – estavam ausentes do debate (este ponto foi apenas exposto 14 vezes, 2,4% das opiniões apresentadas). Os jornais preferiram focar-se nos aspectos mais triviais e sensacionalistas das manifestações. Isso foi feito por várias formas: desde as representações estereotipadas dos jovens como politicamente ingénuos e idealistas, até às posições mais linearmente anti-guerra, que eram, na maior parte, ataques pessoais a certos políticos. Esta interpretação simplista dos pontos de vista políticos dos jovens foi encontrada em toda a cobertura no período analisado. As opiniões a favor do pacifismo foram, por exemplo, mencionadas mais frequentemente do que as sugestões sobre política externa, e tomaram a forma de chavões facilmente identificáveis, como “paz agora” ou “banir as bombas”, que eram frequentemente as únicas oportunidades que os jovens tinham para fazer passar mensagens anti-guerra.

Um tal discurso tão limitado era também visível na forma como, muitas vezes, os cartazes falavam pelos jovens. Quase uma em cada dez fontes era baseada em cartazes, bandeiras e outros acessórios anti-guerra, feitos pelos manifestantes para exprimirem os seus pontos de vista. Frases como “Não à guerra” ou “Paz no Iraque” são compactas e fáceis de interpretar, mas articulam uma posição relativamente simplista. Tal como um editorial do *Independent* fez notar: “*Parem a guerra*” é uma mensagem simples. Essa é a sua grande vantagem. Une os que se opõem à guerra sob quaisquer circunstâncias e os que acreditam que ainda não existem bases para ir para a guerra, mas que podem existir. A dificuldade é que não há muito espaço

para subtilezas numa manifestação; não há âmbito para nuances num placard (Independent, 15 de Fevereiro, 2003).

Na verdade, muitos dos cartazes tinham mensagens tão curtas e directas como “Blair para a rua” ou “Bush é um terrorista”². Tais pontos de vista sintéticos, negativos e personalizados contra políticos constituíram 9% do geral das opiniões. É discutível se isso tem algum efeito significativo, como aponta o *Independent*, sobre o assunto pelo qual os jovens cidadãos se manifestam.

Para reforçar esta forma algo limitada de comunicação, os comentários generalistas anti-guerra na amostra constituem 8% da cobertura, saldando-se em pouco mais do que “Eu sou contra a guerra”. Ao invés de se focarem sobre as razões *específicas* pelas quais a guerra devia ser evitada, ou debatê-las, os jornalistas perseguiram assuntos mais abstractos sobre a juventude e democracia. Os comentários sobre o planeamento do protesto, o envolvimento dos jovens, e se é seu direito democrático ou não poderem manifestar-se totalizaram, no geral, duas em cada dez opiniões.

O Quadro 5 também mostra até que ponto as motivações políticas dos jovens foram questionadas. Sete por cento dos artigos falavam principalmente sobre eles serem “baldas”, porque muitos jornais acusavam os jovens de serem oportunistas e de aproveitarem os protestos para faltarem às aulas, ao invés de estarem efectivamente preocupados com as decisões sobre política externa do governo no Iraque. O mesmo se pode dizer de outros *media*, como o antigo editor político da BBC, Andrew Marr, que comentou no fim de uma peça sobre as manifestações dos jovens: “Bem, sem dúvida que é mais divertido do que fazer os trabalhos de casa”. Este menosprezo das intenções políticas dos jovens pode, então, ser correlacionado com a cobertura mediática feita nestes eventos. A pressuposição de que os jovens estavam apenas a ser “baldas” foi feita por jornalistas, políticos e em sondagens. Significa, como veremos, que os jovens eram continuamente associados com “baldas” *oportunistas e não com cidadãos empenhados*.

Temas-chave da cobertura

Como já se mostrou (Cushion, 2006, 2007), destacam-se quatro temas no geral da cobertura jornalística. Em primeiro lugar, os jovens foram frequentemente acusados de faltar às aulas deliberadamente – de serem “baldas” – só para irem para as manifestações. Em segundo lugar, muitos destes protestos que envolveram jovens foram associados a violência e confrontos. Em terceiro lugar, isso quer dizer que os protestos a nível nacional estavam muitas vezes associados com a perturbação da lei e ordem pública, preocupando-se com o nível de policiamento presente na altura. Por fim, o envolvimento de celebridades.

Sem qualquer dúvida, o tema mais saliente é o das “baldas”. Um em três artigos referia-se a isso de uma forma ou de outra, ao relatar a participação dos jovens nas manifestações. Assim, e para exemplificar, títulos como “Protesto das faltas” (*The Sun*, 26 de Fevereiro, 2003), “Os «baldas» tomam as ruas” (*Daily Mail*, 20 de Março, 2003) e “Alunos baldões lideram manifestações” (*The Times*, 20 de Março, 2003) implicam um acto oportunista de faltar às aulas. Ao invés de interagirem com as contribuições políticas que os jovens tinham a fazer, preferiam desacreditá-las e pô-las em causa. Em algumas notícias, era mesmo sugerido que os jovens estavam a ser desencaminhados pelos movimentos políticos de esquerda.

O movimento Parem a Guerra previu manifestações em massa por parte dos trabalhadores no dia em que a guerra começou, mas o seu apelo foi respondido apenas por milhares de alunos de entusiasmo fácil (The Times, 21 de Março).

Os professores também foram culpabilizados por não disciplinarem os jovens que se baldaram. Nas reportagens seguintes, implica-se que os professores encorajavam os jovens a participar nos protestos por causa das suas próprias inclinações políticas.

Os responsáveis educativos foram ontem condenados por terem afirmado que “não havia muito que pudessem fazer” para impedir alunos de 12 anos de saírem dos recreios e irem juntar-se aos protestos anti-guerra (Express, 21 de Março).

Vários professores por todo o país recusaram-se ontem a punir os alunos por saírem das aulas e irem juntar-se às manifestações anti-guerra. Milhares de alunos ocuparam cantinas e manifestaram-se aos portões da escola e, ainda assim, os directores tomaram a inacreditável decisão de não os repreender... os professores que se curvaram perante o “poder estudantil”... causaram grande preocupação. Muitos pareciam simpatizar com a oposição que várias crianças diziam sentir face à guerra (Daily Mail, 21 de Março).

A natureza da cobertura foi portanto enquadrada em torno da supervisão dos adultos e do seu controlo – a lei e ordem familiares como tema da cobertura das manifestações (e. g. Gitlin,

1980) – ao invés de ser em torno das opiniões políticas dos mais novos. Este tipo de interpretação acabou mesmo por entrar no discurso da organização de sondagens YouGov que – na única sondagem encomendada sobre este assunto – estabeleceu o debate em volta da ideia de “baldas” e do papel (ou falta dele) dos professores nos protestos.

Entre 21 e 22 de Março, o YouGov perguntou:

Os alunos têm estado a manifestar-se nas ruas durante o horário lectivo, sobre a guerra. Qual das seguintes opções melhor reflecte o seu ponto de vista?

Eles têm o direito a protestar quando quiserem	24%
Os professores deviam tê-los mantido nas escolas	63%
Nenhuma delas	11%
Não sei	2%

Dada a natureza da cobertura jornalística neste período particular, é talvez compreensível porque é que quase dois terços das respostas indicavam pensar que os professores deveriam ter exercido uma autoridade mais firme, impedindo os alunos de se manifestarem durante o horário escolar. A informação que as audiências dos *media* noticiosos recebiam, na altura em que a sondagem foi efectuada, estava incrivelmente configurada em volta da perspectiva dos “baldas”, tanto em cabeçalhos como em imagens. Assim, em consequência, as pessoas que responderam à sondagem fizeram-no com base no discurso mediático.

Segundo o testemunho de vários jornalistas, parecia impossível que os jovens estivessem a faltar às aulas com o intuito de demonstrar efectivamente as suas convicções políticas. É verdade que, certamente, *alguns* jovens estavam ali apenas por oportunismo; mas se isto era o caso, como o *Sun* parece implicar, da *maioria* dos jovens, não é tão claro assim. Em suma, portanto, a presunção – ou sabedoria convencional dos *media* – é que os jovens são cidadãos apolíticos; o seu papel e estatuto como cidadãos políticos vai transformar-se no de “baldas” frívolos e irresponsáveis.

Um outro tema principal encontrado na cobertura jornalística foi a questão da lei e da ordem. Um em cada cinco artigos referia violência nos protestos. Assim, por exemplo, títulos como “Vinte presos em confronto de alunos com a polícia” (*Daily Telegraph*, 21 de Março, 2003), “Motim fecha escola” (*The Sun*, 21 de Março, 2003), “Estão a deixar os jovens manifestantes amotinarem-se” (*Express*, 7 de Abril, 2003) providenciaram um prisma específico através do qual se podiam interpretar os protestos. Muita da cobertura jornalística tinha tendência a ser selectiva no que toca a relatar as intervenções anti-guerra dos mais novos. O resultado frequente foi a antecipação de actos de violência que nunca chegaram a acontecer. Cerca de 23% dos artigos referiram que a polícia marcava a sua presença nos locais dos vários protestos que envolveriam jovens, por todo o país. Exemplos de títulos desse género são: “Polícias enfurecem-se contra manifestação dos baldas” (*The Sun*, 21 de Março, 2003), “Alunos juntam-se às forças de protesto enquanto a polícia se prepara para mais manifestações” (*Independent*, 20 de Março, 2003), “Mais prisões com o aumento dos protestos estudantis” (*Daily Telegraph*, 22 de Março, 2003).

O enfoque na potencial violência acabou por distorcer, pode dizer-se, aquilo que foram, na sua esmagadora maioria, protestos pacíficos. As notícias da BBC deixam crer que muito poucas pessoas foram presas nas manifestações. Na cobertura de um protesto que envolveu 200 mil pessoas a 22 de Março, por exemplo, afirmaram que “um total de 3500 polícias rodeou a rota da manifestação em Londres, e foram feitas dez detenções durante o dia”³. Porém, no geral, houve uma *hiperbolização* da violência retratada nas notícias, e uma *excessiva expectativa* de que fossem ser necessárias forças policiais.

Um último tema da cobertura jornalística inclui o envolvimento de celebridades nas manifestações. Pouco menos de 2 em cada dez artigos fizeram figurar uma qualquer celebridade em manifestações de jovens. Assim, para exemplificar, o *Independent* de 9 de Fevereiro, fez sair uma história intitulada “Os Cruzados do Rock” [Rock Crusades], com cinco páginas. Embora o artigo fosse sobretudo sobre as bandas Blur e Massive Attack, entrou até certo ponto em alguns dos assuntos em torno dos protestos. Dias depois, um outro artigo, “Damon Albarn – um Britannia da moda passa a defensor da paz”, foi talvez uma desculpa para escrever sobre

música, ao invés de sobre os assuntos políticos em torno das manifestações anti-guerra (*The Independent*, 15 de Fevereiro de 2003). Na verdade, muitos dos artigos sobre celebridades eram esparsos no tema anti-guerra, quando comparados com artigos que não falavam de celebridades. Por exemplo, o artigo “O mundo da moda alinha-se contra a guerra a Sadam”, focou-se apenas na questão de as celebridades em causa – Kate Moss, Jude Law e Sadie Frost – fazerem ou não parte de um grupo chamado Moda Contra a Guerra (*Daily Telegraph*, 27 de Janeiro, 2003). Neste sentido, embora muitos artigos possam ter sido gerados em torno das celebridades, é discutível o nível a que eles efectivamente informavam os leitores sobre os assuntos que rodeavam.

O ponto que será talvez o mais interessante dentro da cobertura baseada em celebridades, é o dos artigos em torno dos familiares dos políticos (aqui incluídos como peças sobre celebridades). Este tipo de peças apareceu sobretudo na imprensa alinhada a favor da guerra, já que muitos jornais anti *New Labour* (*The Daily Mail* em especial) procuraram embaraçar o governo, abrindo com peças sobre membros das suas famílias que faltavam à escola para se juntarem aos manifestantes anti-guerra.

Filho do Ministro falta à escola para liderar protesto contra a guerra... O filho de 14 anos de um Ministro trabalhista fez gazeta às aulas, ontem, para liderar um protesto estudantil anti-guerra (*The Daily Mail*, 6 de Março, 2003).

Na noite passada, o membro do parlamento de Norwich South, Sr. Clarke, teve mais más notícias quando a polícia confirmou que estavam a investigar alegações de que o seu agente, Peter Evans, terá batido no joelho de um estudante que se manifestava contra a guerra à porta dos seus escritórios (*The Sun*, 8 de Março).

Isto não incidiu apenas sobre os familiares de membros do partido trabalhista. Quando a bisneta de Sir Winston Churchill apareceu numa manifestação, muitos jornais pró-guerra foram claramente afectados pelo desrespeito que isso causou à memória do antigo Primeiro-ministro.

A bisneta de 14 anos de Sir Winston Churchill tinha um símbolo da CND [Campanha de Desarmamento Nuclear] a dizer “banir as bombas” desenhado na bochecha, e juntou-se a centenas de outras crianças numa manifestação anti-guerra... A sua mãe, que trabalha numa associação social, disse que o protesto da sua filha tinha sido “um pouco desrespeitoso” (*Daily Telegraph*, 22 de Março).

De forma semelhante, quando um estudante de uma escola privada se manifestou contra a guerra, acabou por se tornar relativamente digno de notícia, não só por causa do seu estatuto, mas também pelo cargo do seu pai e pelo seu passado trabalho junto dos serviços secretos do Reino Unido.

O aluno de Eton que liderou outros colegas em protestos anti-guerra, na semana passada, é o filho de um cirurgião de ponta, que trabalhou com os serviços secretos, sob disfarce, durante dez anos. O sexto Ruairidh (pronuncia-se Rory) juntou-se à manifestação à porta do Parlamento com cerca de 50 colegas. Pelo contrário, o seu pai, Richard, de 49 anos, arriscou a sua vida inúmeras vezes em missões secretas e combateu na guerra das Falklands (*Mail On Sunday*, 23 de Março, 2003).

Destacar certos jovens manifestantes por causa das suas ligações às elites militares e políticas é, de muitas maneiras, uma forma de tentar *minar* a causa e as motivações dos participantes das manifestações. A este respeito, os familiares das celebridades (políticas) foram usados como forma de enquadrar uma interpretação negativa dos eventos, que se opõe à mais positiva (embora algo limitada) cobertura dada às celebridades anti-guerra.

Para resumir, ao passo que familiares de celebridades do campo da política foram quase usados como peões – invocados para embaraçar o governo e levantar questões sobre o patriotismo e a moralidade dos jovens manifestantes – as personalidades famosas mais convencionais acabaram por gerar histórias mais proeminentes, mas dificilmente fizeram algo significativo no sentido de *contribuir com informação* para os debates em torno dos méritos da participação do Reino Unido na guerra.

Conclusões

Este artigo começou por introduzir a forma como a cidadania é normalmente definida e entendida e uma breve contextualização para o fenómeno do desligamento dos jovens da política e dos assuntos públicos. Defendeu-se que os jovens são normalmente vistos como falhando os seus deveres democráticos, dada a forma unidimensional como a democracia está definida. Ao invés de medir o empenhamento no campo da cidadania quase exclusivamente pela comparência nas urnas, sugere que as actividades políticas, como as manifestações contra a guerra, deveriam receber mais reconhecimento.

Os dados apurados para as questões deste artigo - como é que a imprensa nacional do Reino Unido relatou os protestos anti-guerra de 2003? E, mais especificamente, os jovens receberam algum encorajamento para participar como cidadãos na esfera pública? - foram bastante conclusivos. Para além das formas mais evidentes pelas quais os jornalistas desencorajavam – ou até atacavam – o comportamento dos jovens, o âmbito em que as opiniões políticas e vozes dos jovens eram ouvidas tinha algumas limitações. Se em teoria a cobertura dos protestos anti-guerra que envolveram os jovens poderia dar destaque à voz da sua cidadania, na prática este elemento desempenhou apenas um papel secundário, tanto nos jornais pró-guerra (17%) como nos anti-guerra (34%). Foram as elites políticas e morais que falaram para e pelos jovens sobre os assuntos políticos mais sérios. Foram os políticos, os professores e a polícia que constituíram cerca de metade das fontes da cobertura noticiosa. A este respeito, a cobertura da participação dos jovens nas manifestações anti-guerra foi muito *top down*, institucionalmente guiada e, assim pareceu, uma *ocupação de adultos*.

Isto influenciou a natureza dos artigos que falavam sobre os protestos. Ao invés de lidar com os assuntos e debates que rodeiam a guerra, na maior parte do tempo os jovens foram deixados de fora do processo deliberativo político. Quer pela simplificação das mensagens anti-guerra, ou pelo enfoque na organização e participação dos jovens nos protestos, a maior parte da cobertura noticiosa acabou por despolitizar as ações dos jovens cidadãos. Assim, ao invés de abrir o debate sobre os méritos da guerra partindo das intervenções na área da cidadania por parte dos jovens, o que se seguiu foram debates sobre o mau comportamento e irresponsabilidade desses mesmos jovens. Como indicou a sondagem da YouGov, as preocupações da elite política estavam mais viradas para o bem-estar e comportamento dos jovens (especialmente nos casos dos alunos que faltaram às aulas) do que para as suas convicções políticas.

Porém, o tema mais importante da cobertura foi o da falta às aulas. Consequentemente, considerou-se que muitos dos *media* procuraram condenar os jovens por serem baldas oportunistas, ao invés de cidadãos preocupados, interessados e cépticos. E isto não se restringiu aos jovens. Também os professores foram acusados, por algumas pessoas, de não controlarem e disciplinarem o comportamento dos jovens. Os protestos, nesta perspectiva, pode dizer-se, não foram sobre as opiniões políticas dos jovens, mas sobre a *forma como a sociedade os controla*.

No cômputo geral, estes quatro temas que se sobrepõem dizem-nos muito sobre como são mediados os jovens na sociedade. Como argumentou Henry Giroux, a partir de várias representações mediáticas presentes em textos culturais populares: “Símbolos de uma democracia em declínio, os jovens são localizados dentro de um âmbito de significantes que, na sua maior parte, negam o seu estatuto de cidadãos activos. Associada com a rebeldia emancipatória, a juventude torna-se uma metáfora para a trivialização da resistência” (Giroux, 1997: 36). Vistos neste contexto, os manifestantes anti-guerra do Iraque são quase que *apolíticos* face aos *media* noticiosos. O papel e estatuto dos jovens como cidadãos – através do prisma noticioso – transformou-se em irresponsabilidade e balda às aulas.

Parece que os jovens são vistos – a partir do momento em que entram na controversa esfera pública política – como uma *ameaça* ao *status quo* político, enquanto os seus pontos de vista são sumariamente descartados e as suas motivações postas em questão. O mundo mediado da política, a partir desta perspectiva, é um mundo complexo e para adultos, bem para além da compreensão dos jovens.

Bibliografia

- Becker, H. (1967) 'Whose Side Are You On?' Social Problems, Vol.13, No.3, pp.239-47
Bennett, A., Cieslik, M. and Miles, S. (2003) Researching Youth: Issues, Controversies and Dilemmas. London, Palgrave
Berkowitz, D. (1997) Social Meaning of News: A Text-reader. Thousand Okas. CA: Sage
Brenton, S. (2003) 'Everyone's a winner', The New Statesman, June 9, pp.40-41
Brown, S. (2005) Understanding Youth and Crime: Listening to Youth? Open University Press
Buckingham, D. (2000) The Making of Citizens: Young People, News and Politics. London: Routledge
Bynner, J., Chisholm, L. and Furlong, A. (eds) (1997) Youth, Citizenship and Social Change in a European Context. Ashgate, Aldershot
Calhoun, C. (1992) Habermas and the public Sphere. Cambridge, Mass: MIT Press
Cohen, N. (2004) 'No news is bad news' in The Observer, Julho 18, citado de <http://media.guardian.co.uk/site/story/0,,1263928,00.html> Acedido a 7 de Agosto de 2007
Crick, B. (1998) Crick Report, Education for citizenship and the teaching of democracy in schools, London, QCA

- Curtis, J. (2004) 'Is Britain facing a crisis in democracy'. ESRC Publication. <http://www.esrc.ac.uk/ESRCInfo-Centre/index.aspx>. Acedido a 16 de Julho de 2006
- Cushion, S., Franklin, B. and Court, G. (2006) 'Citizens, Readers and Local Newspaper coverage of the 2005 UK General Election' in *Javnost: The Public*, Vol.13, No.1, pp.41-60
- Cushion, S. (2006) 'Refashioning youth citizenship: Hoodies, the anti-Iraq war movement and press coverage in Wales in *Cyfrwng: Media Wales Journal*, Vol. 3, pp.107-122
- Cushion, S. (2007) 'Protesting their apathy? An analysis of British press coverage of young anti Iraq war protestors' in the *Journal of Youth Studies*, Vol 10, No 5, pp.419-437
- Cushion, S. (2008) 'Discouraging citizenship: reporting on youth, politics and anti-Iraq war protesting in the UK', *Journal of Children and Media*, Vol 2, No.3
- Fiske, J. (1989) *Understanding Popular Culture*. London: Routledge
- Fiske, J. (1991) *Reading the Popular*. London: Routledge
- Franklin, B. (1995) *I Handbook of Children's Rights: Comparative Policy and Practice*. London; New York: Routledge
- Galtung J., Ruge M.H. (1965), "The Structure of Foreign News", in *The Journal of International Peace Research*, no. 1, pp.64-91
- Giroux, H. (1997) *Channel Surfing: Race Talk and the Destruction of Today's Youth*. Palgrave MacMillan
- Gitlin, T (1980) *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press
- Habermas, J. (1989) *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: Polity
- Harcup, T. and O'Neil, D. (2001) 'What is News? Galtung and Ruge revisited', *Journalism Studies*, Volume 2, Number 2, 2001, pp.261-280
- Helve, H. and Wallace, C. (2001) *Youth, Citizenship and Empowerment*. Aldershot: Ashgate
- Henn, M., Weinstein, M. & Wring, D. (2002) 'A Generation Apart? Youth and Political Participation in Britain', *British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 4, No. 2, pp.167-192
- Kimberlee, R. (2002) 'Why don't young people vote'. *Journal of Youth Studies*, Vol. 5, No 1, March, pp.85-98
- Murray, A. and German, L. (2005) *Stop the War: The Story of Britain's Biggest Mass Movement*. Bookmarks Publications
- Osgerby, B. (1997) *Youth in Britain Since 1945*. Blackwell Publishers.
- Osgerby, B. (2004) *Youth Media*. London: Routledge
- O'Toole, T. (2003) 'Engaging with Young People's Conceptions of the Political' in *Children's Geographies*, Vol.1, No.1, pp.71-90
- Phelps, E. (2005) 'Young voters at the 2005 British General Election', *The Political Quarterly*, Vol.76, No.4, pp.482-487
- Pilcher, J (1995) *Age and Generation in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press
- Pole, C., Pilcher, J. and Williams, J (2005), 'Young People In Transition: Becoming Citizens? An Introduction'. In Pilcher, J., Pole, C. and Williams, J (Eds.) (2005), *Young People In Transition: Becoming Citizens?* London: Macmillan Palgrave, pp.1-11
- Putman, R. (2000) *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster
- Roche, J., Tucker, S., Thomson, R., e Flynn, R. (2004) *Youth In Society*. Sage Publications
- Russell, A. (2004) 'The Truth about Youth: Media Portrayals of Young People and Politics in Britain' in *Journal of Public Affairs*, 4 (4), pp.347-354
- Smith, N., Lister, L. e Middleton, S (2005) 'Young people as 'Active Citizens': Towards an Inclusionary View of Citizenship and Constructive Social Participation' in Pilcher, J., Pole, C. and Williams, J (Eds.), *Young People in Transition: Becoming Citizens?* London: Macmillan Palgrave, pp.178-201
- Storrie, T. (2004) 'Citizens or What?' in Roche, J., Tucker, S., Thomson, R., and Flynn, R. (2004) *Youth In Society*. Sage Publications, pp.52-60
- Tuchman, G. (1978) *Making News*. New York: Free Press
- Tumber, H. and Palmer, J. (2004) *Media at War the Iraq Crisis*. London: Sage
- Wallace, C. (2001) 'Youth, Citizenship and Empowerment' in Helve and Wallace, *Youth, Citizenship and Empowerment*. Ashgate: Aldershot, pp.11-31
- Worcester, R. (2003) 'Whom Do We Trust? Neither Politicians Nor Journalists!' vide www.mori.com. Acedido a 16 de Julho de 2006

¹ Os termos incluídos na busca no *Lexis Nexis* incluíram "jovens" ou "juventude" ou "jovem" ou "adolescentes" ou "alunos" ou "estudantes" ou "de idade escolar" e "anti-guerra" ou "iraque" ou "guerra" e "manifestante" ou "manifestação" ou "manifestando-se". Foi então decidida a relevância de cada artigo: enquanto alguns foram seleccionados por terem incluídos jovens – de uma forma relativamente substantiva – no contexto dos protestos anti-guerra, outros foram descartados por não corresponderem a estes critérios de base.

² Sobre este aspecto, teria sido interessante examinar as fotos que acompanham os artigos. No entanto, o *Lexis Nexis* só fornece uma descrição das fotos. Se pudessem ser obtidas versões impressas dos jornais deste período, o estudo poderia ser expandido de forma a incluir uma análise semiótica. Não apenas para olhar para o quanto os cartazes falam pelos jovens, mas também para explorar outras formas de representação. De uma perspectiva impressionista,

por exemplo, nas histórias positivas sobre os protestos, eram normalmente jovens mulheres pouco vestidas que figuravam na imagem predominante do artigo.

3 <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/2874627.stm> (Acedido a 20 de Julho, 2005).

“Os baldas tomam as ruas”: Jovens, política e cidadania no Reino Unido